

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Criado pela Lei Municipal nº1767, de 11 de Junho de 1999,

Alterada pela Lei Municipal nº 2984, de 25 de abril de 2014.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2.016 - GESTÃO 2014/2016 – 18ª. AGO DA GESTÃO 2014/2016.

Ao 01 dia do mês de abril de 2.016, reuniram-se às 09h00 horas em segunda chamada, em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, os Senhores Conselheiros do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, convidados e munícipes, conforme assinaturas no Livro de Registro Presença e de Atas, nas dependências cedidas Casa de Participação Comunitária, sito na Av. Rei Alberto I, n. 119, após a Composição da Mesa Diretora dos Trabalhos, conforme convocação para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1 - Leitura e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária anterior;

2 - Leitura dos relatos das Câmaras Setoriais;

3 - Leitura dos relatos da Diretoria Executiva;

4 - Assuntos Gerais.

A assembleia foi iniciada pelo **item 1 da pauta: leitura e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária anterior**. Sem correções apontadas pelo colegiado, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se então ao **item 2 da pauta: relatos das câmaras setoriais** – A relatora da câmara de planejamento, Renata, informou que a reunião conjunta das câmaras de relações públicas e planejamento contou com a presença de Danielle Rufino, que elucidou o colegiado acerca dos serviços existentes na Secretaria de Saúde. Taís Aguiar lembra da importância do Plano Decenal na execução do plano do COMAD e fica acordado o envio do Plano Decenal ao colegiado para leitura, ao que Valéria Gallotti lembra ao colegiado que o trabalho da Taís é focar/ destacar as ações do Plano Decenal que já estão sendo postas em prática e quais metas já estão sendo atingidas. O programa Coalizões Comunitárias e sua atuação foi citado. A presidente cita a falta de informações e a disseminação das informações já conhecidas, ao que Taís sugere o cruzamento de informações com o Coalizões Comunitárias, com reunião entre este e o COMAD para que o conselho saiba das ações apresentadas pelo comitê gestor e Coalizões Comunitárias . Luci Freitas salienta que é uma grande falha da Secretaria de Comunicação – SECOR, em não disponibilizar o link “perfil e programas” de cada secretaria para facilitar o acesso à informação. Dr. Alberto Corazza tem a palavra e lembra que o COMAD deve ser informado sobre todas as ações de prevenção para aprovação e alinhamento das ações. Diz ainda que o trabalho de prevenção deveria ser voltado à família e à escola. Tereza então informa que fará a integração entre o Coalizões Comunitárias e o COMAD. Dra. Tânia Freire pede solicitação ao Comitê Gestor para envio de relatórios ao COMAD e Valéria sugere como item de pauta das assembleias a leitura dos relatos do Comitê Gestor, questão que foi deliberada e aprovada pelo colegiado. Este pedido será oficializado. **Item 3 da pauta: relatos da diretoria executiva** – Dra. Tânia informou sobre o processo de solicitação de renovação de convênio com a comunidade terapêutica “Sol Nascente” informou o colegiado sobre o empenho deste. Menciona a falta de adesão dos pacientes em tratamento de Santos e como não há

45 psiquiatra, há evasão do tratamento no momento em que o paciente vem à Santos para
46 atendimento psiquiátrico. Valéria lembrou que a comissão de fiscalização às comunidades
47 terapêuticas não realizou nenhuma reunião por falta de quórum. Sr. João Inocêncio
48 lembra da diferença entre clínica e comunidade terapêutica, já que apenas a clínica tem
49 obrigatoriedade de psiquiatra em seu corpo clínico, portanto ressalta que pacientes com
50 comorbidades psiquiátricas deveriam ser internados em clínicas e não em comunidades
51 terapêuticas. Acerca da questão da renovação do convênio com a comunidade “Sol
52 Nascente”, Dra. Tânia sugere visita ao local pela comissão de fiscalização. Sr. Carlos
53 Solano lembrou de sua visita à “Sol Nascente” e informou que na ocasião havia psicólogo
54 no local. O conselho deliberou a visita à esta comunidade terapêutica, que foi aprovada.
55 **Item 4 da pauta: Assuntos gerais** – Sr. Solano tem a palavra e lembra ser militante da
56 luta anti-manicomial e cita comunidade terapêutica em Peruíbe que se converterá em
57 hospital psiquiátrico com 98 vagas e lamenta a ausência do DRS IV – Departamento
58 Regional de Saúde, na assembleia para esclarecer a questão. Danielle informa que há
59 movimento para barrar esta proposta. Dra. Tânia lembra que há embasamento a partir da
60 recente aprovação do Estatuto do Deficiente. Danielle tem a palavra e dá a notícia que em
61 breve será implantada a primeira unidade de acolhimento da cidade, em imóvel na Rua
62 Cira, já alugado. Informa que esta unidade estará ligada ao CAPS AD – Centro de
63 Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, e é possível que pacientes residam no local por
64 algum tempo e também poderá receber oriundos de comunidades terapêuticas. Sr. João
65 aproveita o momento para lembrar que a falta do CAPS AD III é uma quebra na rede de
66 atendimento e lamenta o serviço ainda não ter sido implantado. A presidente informa que
67 foi reiterada ao prefeito a suspensão da eficácia da lei 3.220, que se deu através do
68 processo 27627/2016-11. Luana Li Yi Ng pede a palavra para falar sobre legislação
69 voltada à questão do consumo de bebidas alcoólicas no entorno de universidades, cujo
70 conteúdo poderá ser trazido ao conselho em momento oportuno. Traz também a
71 informação de novo recurso recebido do fundo do CMDCA – Conselho Municipal dos
72 Direitos da Criança e do Adolescente, para o “Programa de Educação Cidadã”, que
73 contará com novas turmas sendo iniciadas no mês de abril. Lílian Marques coloca que a
74 SEDUC tem técnicos habilitados para avaliar pedagogicamente tudo o que é levado às
75 escolas do município e diz que a Secretaria de Educação é favorável à parcerias. Taís
76 pede que conte em ata que ao mencionar a necessidade de participação do CMDCA na
77 discussão trazida pela presidente não foi com a intenção de “melar” o debate, mas sim de
78 enriquecê-lo.

79 Sem mais, a presidente encerrou a assembleia e eu
80 _____, secretária, lavrei a
81 ata.